

Interpretação dos Conflitos como elemento para gestão de PARNAS na região de fronteira da Amazônia: temas de conflito no caso Vila Brasil

Gustavo Mendes de Melo¹ & Marta de Azevedo Irving²

A gestão da biodiversidade no Brasil conta, atualmente, com uma série de desafios. Neste sentido, tem havido, cada vez mais, o reconhecimento de que os desafios, além de muitos, dizem respeito a uma gama extensa de conhecimentos. Um desafio, portanto, essencialmente disciplinar que, sob a ótica das ciências humanas, neste caso, visa refletir sobre a interpretação dos conflitos sociais como importante elemento de análise, capaz de contribuir, de forma efetiva, para a gestão das áreas protegidas no Brasil. Procurando fazer uma cartografia dos atores sociais e realizar a interpretação dos conflitos sociais em torno da criação e implantação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o trabalho pretende pensar os conflitos que cercam a localidade Vila Brasil, visando contribuir para a gestão do PARNA, que se situa no Amapá, região de fronteira da Amazônia com a Guiana Francesa.

Os Parques Nacionais constituem um tema essencial para gestão da biodiversidade em âmbito nacional e global. Os PARNAS, categoria de manejo essencial para a proteção da natureza no Brasil, representam a possibilidade de conservação “*in situ*”, premissa que foi reforçada pela Convenção sobre a Diversidade Biológica e reconhecida como uma das prioridades para a conservação de biodiversidade em todo o mundo.

Primeira categoria de UC criada no Brasil há, na atualidade, um total de 58 Parques Nacionais no país. Os PARNAS fazem parte do grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral e, apesar da importância em termos do seu papel para a proteção da natureza, têm sido alvo de uma série de conflitos relacionados à sua criação e implementação. Muitos conflitos dizem respeito, principalmente, às normas restritivas previstas na categoria Parque Nacional que, de acordo com o SNUC, possuem como objetivo específico “assegurar a preservação dos recursos naturais e a diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o

¹ Programa Eicos/UFRJ

² Programa Eicos/UFRJ

desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico (Brasil, 2000)”.

Assim, os PARNAS prevêm a preservação dos recursos naturais e admitem seu uso indireto, apenas para pesquisas e atividades de educação, recreação e turismo. Como uma das conseqüências, há restrições de uso dos recursos naturais renováveis que incidem sobre as populações que habitam no interior ou no entorno destes. Além disso, pode-se considerar que as restrições impostas, tendo em vista o histórico local, são de limitada ou parcial assimilação. Não se trata de pensar em vítimas e algozes neste processo. O que se torna cada vez mais importante para a implementação dos PARNAS é o reconhecimento do caráter indissociável do complexo sociedade-natureza. Segundo Acelrad (2004), as sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos.

Assim, no caso dos PARNAS, a gestão deve reconhecer também os aspectos sociais e humanos do problema, e portanto, os conflitos. Dessa forma, a implantação de Parques Nacionais no país é um tema que comporta reflexões provenientes de inúmeras áreas do conhecimento e se constitui como foco estratégico em pesquisa e em políticas públicas. (Irving, 2004)

Constitui objetivo deste estudo realizar a cartografia dos atores sociais de Vila Brasil, cuja ocupação se situa no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e, através deste mapeamento, investigar a percepção e a interpretação dos mesmos, com relação ao patrimônio natural regional e à dinâmica de gestão das referidas Unidades. Neste caso, o presente trabalho objetiva discutir as questões centrais envolvidas na gestão do Parque Nacional do Tumucumaque tendo como referência a análise dos conflitos sociais na localidade Vila Brasil. O presente trabalho faz parte das pesquisas vinculadas ao Programa EICOS/IP/UFRJ, em cooperação com instituições de pesquisa como a Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), estabelecidas desde 2004.

A metodologia consistiu em:

a) Consulta e análise documental e bibliográfica sobre o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; b) levantamento de campo, consistindo em observação participante e a construção de um diário de campo; c) entrevistas de roteiro semi-estruturado com atores sociais residentes em Vila Brasil, comunidade situada no interior do respectivo Parque Nacional. Foram selecionados para a pesquisa sujeitos que além de fazerem parte das localidades citadas são, de alguma forma, interlocutores das populações que vivem dentro ou em área de influencia de implantação e gestão dos

Parques Nacionais escolhidos para o estudo; d) análise de conteúdo das entrevistas realizadas e dos relatórios de campo, que irão compor a presente dissertação. Utilizar a análise de conteúdo faz parte do processo de busca e reconhecimento do conteúdo das mensagens presentes nas entrevistas. Desta forma, se busca interpretar as informações de pesquisa, normalmente através de textos e orações, levando-se em conta o que o sujeito da entrevista quis dizer. Neste sentido, a base metodológica de interpretação é a corrente dialética, que quer perceber a dinâmica contextual e histórica dos fatos e não apenas a sua caracterização e sistematização lógica, ou então sua "simples denúncia".

O conflito, na perspectiva deste estudo, não será entendido como um duelo entre o "bem" e o "mal". Ele faz parte do processo social, que admite situações de equilíbrio e desequilíbrio na sua construção. Para Coser (1996), onde há um equilíbrio é preciso estar atento ao conflito que o precedeu. Da mesma forma, o autor sugere que a análise social deve levar em conta que, onde há conflito, "haverá também forças pressionando para o estabelecimento de novos tipos de equilíbrio".

A análise a respeito dos processos de implantação de Unidades de Conservação e, especialmente dos PARNAS, deve, portanto, incidir no reconhecimento do papel do conflito. A IUCN (1993) recomenda que sejam evitados os conflitos e interpretadas as bases da cultura local para o processo de tomada de decisões. No entanto, é também fundamental a compreensão de que o conflito, em alguns casos, não pode ser evitado. Assim, reconhecer e interpretar os conflitos na gestão de PARNAS pode constituir um dos passos em direção a uma melhor gestão. De acordo com LEWIS (1993), os conflitos entre as Unidades de Conservação e as populações locais devem ser entendidos e avaliados quanto às suas características dentro da perspectiva dos interesses mútuos.

Neste estudo de caso, cuja análise recai sobre Vila Brasil, os conflitos sociais na gestão serão pensados tendo em vista os temas mapeados de acordo com as entrevistas realizadas com a população local. Os principais temas identificados foram: a) criação do parque e as interpretações dos atores locais a respeito do processo de consulta e informação; b) o parque como incógnita e as reais implicações da implantação considerando os desafios e impactos; c) a desapropriação de terras particulares e as populações locais; d) as ameaças externas e a vulnerabilidade da proteção; e) as relações entre o órgão gestor e as populações locais: desafios da interlocução; f) expectativas e benefícios sociais e; g) fronteira nacional e outros desafios em relação à proteção da biodiversidade regional.

Considerar o componente social e humano com elemento para se pensar a proteção da biodiversidade considerando os múltiplos aspectos relacionados com a gestão de áreas protegidas no Brasil. Além disso, o trabalho se constitui como esforço no sentido de contribuir com a reflexão acerca de temas da política ambiental contemporânea, visando, desta forma, a geração de subsídios que apoiem técnica e academicamente as discussões sobre o estabelecimento de ações e diretrizes na política pública ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.) Conflitos Ambientais no Brasil, Relume Dumará; Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL, 2000. SISTEMA NACIONAL de UNIDADES de CONSERVAÇÃO da NATUREZA – (SNUC): lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.

COSER, L. A. Conflito (verbete). In: Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

IRVING, M.A. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque: “ultraperiferia” ou “laboratório” para a cooperação em gestão da biodiversidade nos espaços amazônicos de fronteira?. Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano VI, N10, julho, Salvador, 2004.

LEWIS, 1993. Poblacion y parques en conflicto: un marco de analisis y accion. MOORE, A. Manual para la capacitación del personal de áreas protegidas. Washington: National Park Service.

UICN - The World Conservation Union. Parques y progreso. Washington: IUCN. 199